



SEÇÃO: DISCURSOS DISCRIMINATÓRIOS COMO FRATURA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A memória da ditadura no período da redemocratização brasileira: dos arquivos subterrâneos às mídias digitais

The memory of the dictatorship during the Brazilian re-democratization period: from underground archives to digital media

La memoria de la dictadura durante el periodo de redemocratización brasileña: de los archivos subterráneos a los medios digitales

Rosiene Aguiar-Santos¹

orcid.org/0000-0002-8121-6537
roseaguiar.contato@outlook.com

Gerenice Ribeiro de

Oliveira Cortes²

orcid.org/0000-0001-6597-6192
gcortes@uesb.edu.br

Recebido em: 11 jul. 2022.

Aprovado em: 17 out. 2022.

Publicado em: 29 nov. 2022.

Resumo: Propõe-se, neste estudo, uma análise do discurso do militarismo, com foco nas redes de memórias em funcionamento no período do restabelecimento da democracia brasileira após o regime militar, precisamente no ano de 1999. Especificamente, nosso objetivo é compreender como a ditadura militar e a democracia são discursivizadas no período de redemocratização pela mídia jornalística, e que efeitos de sentido são produzidos na atualidade, tendo em vista a retomada desse discurso com sua atualização/circulação nas mídias digitais da internet de nosso tempo. O trabalho respalda-se teoricamente na Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana. O *corpus* se compõe de trechos de um vídeo com uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro, concedida ao programa Câmera Aberta, em 1999, na TV Band do Rio de Janeiro; a partir do vídeo, que foi republicado em 2017 no YouTube, que circula na atualidade, extraímos duas sequências discursivas para esta análise. Os resultados apontam que, mesmo sob os efeitos do discurso da redemocratização, em forte funcionamento naquele momento histórico de pós-ditadura, a memória discursiva do militarismo continuou a funcionar nas camadas subterrâneas dos arquivos da mídia jornalística da época. Entretanto, com o avanço das tecnologias digitais, esses discursos foram/são atualizados nas mídias e redes sociais, com uma nova força e outros embates e efeitos discursivos, tendo em vista as novas condições de produção e circulação dos discursos. Depreende-se também, por meio dos gestos de interpretação realizados neste estudo, que pelo efeito da circulação, esse discurso oriundo dos arquivos subterrâneos, agora em funcionamento na mídia digital, pode produzir efeitos nocivos que ameaçam a atual democracia brasileira.

Palavras-chave: discurso militarista no Brasil; arquivos midiáticos subterrâneos; discurso midiático digital.

Abstract: In this study, we propose an analysis of the discourse of militarism, focusing on the networks of memories in operation in the period of the reestablishment of Brazilian democracy after the military regime, precisely in 1999. Specifically, our goal is to understand how the military dictatorship and democracy are discursivized in the period of re-democratization by the journalistic media, and what effects of meaning are produced today, in view of the resumption of this discourse with its updating/circulation in the digital media of the internet of our time. The work is theoretically based on Discourse Analysis of Pecheuxtian filiation. The corpus is composed of excerpts from a video with an interview of the then federal deputy Jair Bolsonaro, granted to the program Câmera Aberta, in 1999, on TV Band in Rio de Janeiro; from the video, which was republished in 2017 on YouTube, where it currently circulates, we extracted two discursive sequences for



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil.

this analysis. The results point out that, even under the effects of the re-democratization discourse, in strong operation in that historical moment of post-dictatorship, the discursive memory of militarism continued to operate in the underground layers of the archives of the journalistic media of the time. However, with the advancement of digital technologies, these discourses were/are updated in digital media and social networks, with a new strength and other clashes and discursive effects, in view of the new conditions of production and circulation of discourses. It is also inferred, through the gestures of interpretation performed in this study, that by the effect of circulation, this discourse from the underground archives, now operating in digital media, can produce harmful effects that threaten the current Brazilian democracy.

Keywords: militarist discourse in Brazil; underground media archives; digital media discourse.

Resumen: Este estudio propone un análisis del discurso del militarismo, centrándose en las redes de memorias en funcionamiento en el periodo de la restauración de la democracia brasileña tras el régimen militar, precisamente en 1999. Específicamente, nuestro objetivo es entender cómo la dictadura militar y la democracia son discursivizadas en el periodo de la redemocratización por los medios de comunicación, y qué efectos de significado se producen hoy en día, en vista de la reanudación de este discurso con su actualización / circulación en los medios digitales de Internet de nuestro tiempo. El trabajo se basa teóricamente en el análisis del discurso de la filiación pecheuxiana. El corpus está compuesto por fragmentos de un video con una entrevista al entonces diputado federal Jair Bolsonaro, concedida al programa Cámara Abierta, en 1999, en la TV Band de Río de Janeiro; del video, que fue republicado en 2017 en YouTube, donde circula hoy, extrajimos dos secuencias discursivas para este análisis. Los resultados señalan que, aún bajo los efectos del discurso redemocratizador, en fuerte operación en ese momento histórico de posdictadura, la memoria discursiva del militarismo siguió operando en las capas subterráneas de los archivos de los medios periodísticos de la época. Sin embargo, con el avance de las tecnologías digitales, estos discursos se actualizaron en los medios digitales y en las redes sociales, con una nueva fuerza y otros choques y efectos discursivos, en vista de las nuevas condiciones de producción y circulación de los discursos. También se entiende, a través de los gestos de interpretación realizados en este estudio, que, por efecto de la circulación, este discurso de los archivos subterráneos, que ahora opera en los medios digitales, puede producir efectos nocivos que amenazan la actual democracia brasileña.

Palabras clave: discurso militarista en Brasil; archivos mediáticos subterráneos; discurso mediático digital.

Efeitos de início

Após vinte e um anos do Regime Militar no

Brasil (1964-1985), mobilizações populares e protestos de rua eram movimentos tradicionalmente ligados à esquerda política, visto que a direita brasileira apoiou os militares durante a ditadura. No entanto, a partir do movimento denominado "Jornadas de Junho de 2013"², a direita política brasileira mobilizou e organizou manifestações em todos os estados do país, com reivindicações das mais diferentes ordens, inclusive com a propagação de ideais que vêm ganhando força e predominando politicamente no Brasil nesses últimos anos, especialmente, a partir de uma vasta ocupação dos espaços midiáticos digitais e redes sociais da internet pela direita (CORTES, 2019). Dessa forma, surgiram grupos articulados principalmente através das mídias digitais, os quais foram designados posteriormente como a Nova Direita Brasileira, mesmo que tal nomenclatura acabe por denominar indivíduos e grupos distintos entre si (SALLES, 2017).

Com isso, o discurso direitista, historicamente conservador, se fortaleceu e a predominância dos movimentos de direita nas mobilizações de 2013 foi massiva. No discurso das manifestações, a posição-sujeito predominante era o descontentamento em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). O governo sofria um desgaste, principalmente por parte da classe média e foi afetado significativamente pelos protestos contrários à administração de Dilma Rousseff (PT); por sua vez, o discurso midiático também assumia essa mesma posição-sujeito e possibilitou as premissas para o fortalecimento do antipetismo, que é um discurso constituído pela mídia e apropriado por parte da sociedade brasileira (SEGURADO, 2016).³

Sob essas condições de produção, o discurso direitista, com posicionamentos de sentido militarista, começa a ganhar destaque nos espaços sociais, digitais e midiáticos visando à interpelação dos indivíduos em sujeitos desse discurso. Um dos efeitos da circulação do discurso da

² De início, esses protestos foram liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL), de esquerda, que reivindicava a redução das tarifas de passagens do transporte público em São Paulo - SP, causa que, inclusive, foi o estopim dessas mobilizações; no entanto, ideais direitistas começaram a ganhar força a partir da continuidade das manifestações.

³ Essa construção discursiva acerca do antipetismo se deu pela constante produção e divulgação de discursos com efeitos de escândalo ligados ao ex-presidente Lula e ao PT. Em pesquisa realizada, constatou-se que a imagem e a representação na mídia brasileira do petismo e dos governos petistas foram massivamente negativas (AZEVEDO, 2017).

direita e militarista no Brasil foi a eleição em 2018 de Jair Bolsonaro à presidência da República (AGUIAR-SANTOS, 2020). Com amplo uso das redes sociais na campanha eleitoral, o então candidato Bolsonaro, que sempre ocupou uma posição-sujeito direitista, sendo eleito e assumindo o governo do país, manteve, então, o posicionamento discursivo militarista ao exercer o poder executivo.

Entretanto, procuramos identificar, neste estudo, essa memória discursiva do militarismo funcionando ainda no início do processo de redemocratização do Brasil, e não apenas após o impulsionamento desse discurso pelos protestos de 2013. Portanto, nosso objetivo neste artigo – que se respalda no referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) – é investigar o discurso militarista e de direita no Brasil, com foco nas clivagens dos arquivos subterrâneos (PÊCHEUX, 2010) nas redes de memórias que funcionam desde o final do período ditatorial. Para o *corpus* analítico, coletamos uma materialidade audiovisual, constituída de uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro ao programa Câmera Aberta em 1999, período em que o Brasil já estava sob transição entre a ditadura e a democracia. O vídeo com essa entrevista está disponível e circula atualmente na plataforma YouTube.

Dessa materialidade, extraímos duas (2) Sequências Discursivas (SDs), e objetivamos, especificamente, analisar como a democracia é discursivizada nesse processo e que efeitos o discurso militarista produz na atualidade com a retomada da circulação desses sentidos nas plataformas digitais da internet. Questionamos, como se dá o funcionamento das redes de memórias do discurso militarista dos/nos arquivos subterrâneos do discurso, a partir da redemocratização do Brasil. A principal hipótese, que vem se confirmando, é que, sob os efeitos de euforia da redemocratização brasileira, a memória do discurso militarista não perdeu força, mas continuou funcionando sob as clivagens subterrâneas dos arquivos, e continuou produzindo muitos efeitos discursivos e sociais.

Justificamos essa investigação, ancorada na teoria discursiva pecheuxtiana, tendo em vista a perceptível instabilidade democrática no Brasil e o avanço crescente do discurso militarista. Ademais, os anseios por intervenções militares no país são discursivizados como solução para os problemas e crises enfrentados pela nação (AGUIAR-SANTOS, 2020). Esse discurso de apologia às Forças Armadas (FA) no comando do Brasil remete à memória do período ditatorial de 1964; pois, conforme a história, a Ditadura Civil-Militar teve seus antecedentes semelhantes aos movimentos atuais (DIAS; SOUSA, 2018). Assim, entendemos que, para compreender o cenário político e governamental atual do Brasil, é relevante romper com a transparência da linguagem e investigar o funcionamento do discurso militarista e direitista, a fim de compreender as determinações históricas, os efeitos da memória, em seu intrincamento às formações ideológicas e formações discursivas, e assim compreender os embates dos sujeitos e dos sentidos em funcionamento nas diferentes materialidades discursivas, como as propostas neste estudo.

A seguir, apresentamos os aportes teóricos da disciplina Análise de Discurso, que embasam nossos gestos de interpretação.

1 Pressupostos teóricos da Análise de Discurso

A interpretação analítica deste artigo está sustentada no aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) de Escola Francesa, proposta no fim da década de 1960 pelo filósofo Michel Pêcheux. A teoria discursiva de vertente pecheuxtiana trata das questões que envolvem a manifestação da linguagem, considerando a sua relação com a história e a ideologia, e, desse modo, o analista precisa olhar para a exterioridade e colocar o objeto discursivo estudado em relação a outros já-ditos na história, mas que são retomados por meio da memória. Nessa perspectiva, os sentidos não estão prontos, mas são constituídos por meio das relações estabelecidas com a ideologia e com a historicidade; e assim, busca-se os efeitos de sentido que funcionam no

discurso. A língua passa a ter um funcionamento ideológico na Análise de Discurso. Procura-se compreender a língua fazendo sentido.

O discurso na AD é definido como o efeito de sentido entre os interlocutores (PÊCHEUX, 1995). Conforme a teoria discursiva, a linguagem não é transparente; os sentidos são constituídos no jogo de relações que se dá entre língua e história, sujeito e ideologia. Assim, sujeito e sentido se constituem juntamente (PÊCHEUX, 1995), pois a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, processo que se dá nas relações com as Formações Discursivas (FD), que "representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhe são correspondentes" (PÊCHEUX, 1995, p. 161). De acordo com Pêcheux (1995), as FDs são constituídas a partir da determinação das formações ideológicas nas relações de luta de classes, e, por isso, o discurso deve ser pensado como a parte material das ideologias. Desse modo, a depender da formação discursiva em que é inscrita, uma mesma palavra, expressão ou proposição poderá ter um sentido diferente, conforme as determinações ideológicas em funcionamento no discurso.

Portanto, na perspectiva teórica da Análise de Discurso, os sentidos não são estabelecidos previamente e não estão na literalidade da língua, mas são a sua manifestação material. AAD se interessa, portanto, pelas posições-sujeito ocupadas pelos interlocutores na produção dos sentidos. Desse modo, o sujeito é concebido como uma posição entre outras, e, conforme Orlandi (2003), ocupa um determinado lugar para dizer o que diz. Devido ao atravessamento do inconsciente no sujeito discursivo, ele não consegue perceber que sofre os efeitos da interpelação ideológica, e sim tem a ilusão de que é a fonte do que diz e que tem o controle dos sentidos que produz.

A teoria discursiva trabalha nos entremeios e apresenta sua própria metodologia e seu próprio objeto, cuja análise busca "ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente [...]" (ORLANDI, 2002, p. 22). Sendo a Análise de Discurso uma disciplina de interpretação, ela se volta para a leitura do arquivo, noção que, assim como muitos dos conceitos trazidos

para a AD, é ressignificada e aqui conceituada como um "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão" (PÊCHEUX, 2010, p. 51). É do arquivo que se extrai o *corpus* de sequências discursivas (SDs) para que se analise um objeto. O *corpus* em AD, conforme postula Courtine (2014), é um conjunto de sequências discursivas estruturadas a partir da relação com as condições de produção do discurso. De acordo com Orlandi (2003), as condições de produção se formam a partir das relações de forças e das relações de sentidos que funcionam no discurso. As condições de produção não se limitam apenas às circunstâncias imediatas que envolvem as enunciações, mas sofrem efeitos das relações de sentido, que assinalam para o fato de que "um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros [...]" (ORLANDI, 2003, p. 39).

Nesse sentido, é necessário considerar os discursos anteriores a um dado processo discursivo, é preciso estabelecer relações do discurso com os já ditos, os sentidos pré-construídos que formam o interdiscurso (memória longa). O interdiscurso é o "todo complexo com dominante das formações discursivas" (PÊCHEUX, 1995, p. 149), e pode ser apresentado tanto como pré-construído, que corresponde ao conjunto do que já foi dito antes e em outro lugar, quanto como discurso transversal, que equivale a "um discurso que atravessa e põe em conexão elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construídos, que fornecem a matéria prima na qual o sujeito se constitui como 'sujeito falante'" (PÊCHEUX, 1995, p. 167).

De acordo com Pêcheux (1999), ao ser atualizada em uma dada materialidade, a memória discursiva permite restabelecer "os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Courtine (2014, p. 105-106) estabelece que a memória discursiva, "diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por

aparelhos ideológicos". Pêcheux (1999, p. 53) postula que "há um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento", processo que funciona sob embates de sentidos no discurso e cujo confronto pode tanto estabelecer a regularização parafrástica – quando se instauram os mesmos sentidos – quanto a desregulação e perturbação dos implícitos, pelo efeito de polissemia ou deslizamento de sentidos. Esse processo discursivo de retomada de discursos anteriores que já funcionam no interdiscurso, se dá no intradiscurso, no processo de textualização do discurso; portanto, o intradiscurso é o momento no qual uma memória é atualizada, mediante as formulações discursivas enunciadas pelo sujeito (COURTINE, 2014).

Neste estudo, particularmente, dispomos de um *corpus* constituído de materialidades audiovisuais que circula(ra)m na mídia televisiva e nas/ em redes digitais e sociais. Com base em Pêcheux (2010), estamos nomeando como arquivos subterrâneos da mídia, as publicações que não estavam acessíveis a todos, tendo em vista as condições de produção e, sobretudo, as limitações de circulação da imprensa convencional⁴, a exemplo de jornais e emissoras de TV em áreas restritas de cobertura regional. Com as novas possibilidades midiáticas da internet, esse discurso retorna, migrando das mídias que estavam sob os efeitos da limitação de acesso para as redes digitais, como a plataforma de vídeos YouTube. Conforme Pêcheux, "há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes de ler o arquivo" (PÊCHEUX, 2010, p. 56). Entendemos, assim, que não se trata de um simples processo de transferência, mas de um arquivo que se reconfigura, afetado pelos efeitos

do digital, já que o arquivo não é o mero reflexo da realidade, e sim organizado por um campo social, aqui a internet, em particular a plataforma de vídeos YouTube.

Esses discursos passam a funcionar em arquivos digitais, sob outras condições de visibilidade e de circulação; o arquivo "permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes" (GUILHAUMOU, 2016, p. 116). Desse modo, outros efeitos são produzidos no discurso, que toma uma amplitude permitida pelas especificidades do ambiente digital, que apresenta profusas possibilidades de interatividade síncrona e assíncrona, compartilhamentos, além da corpografia digital (DIAS, 2008), que também põe os sentidos em movimento. Pretendemos, portanto, observar os efeitos da atualização da memória do discurso da ditadura militar, tendo em vista, especialmente, o modo de circulação desses discursos nas/ em redes midiáticas digitais que instaura uma (in) tensa movimentação de sujeitos e de sentidos no processo discursivo.

A seguir, iniciaremos o nosso processo de análise.

2 Procedimento analítico

Para iniciar nossos gestos de análise, apresentamos as condições de produção das duas sequências discursivas (SD1/SD2) que, conforme já mencionado, são constituídas de fragmentos de um vídeo (re)publicado no YouTube, com uma entrevista do então deputado Jair Bolsonaro (PPB à época) ao programa Câmera Aberta, em 1999. Salientamos que, no primeiro momento de publicação, o vídeo foi transmitido apenas no estado do Rio de Janeiro, pela emissora de TV Bandeirantes, a Band Rio.⁵

⁴ Nos referimos aqui às publicações anteriores aos avanços da comunicação digital, a exemplo do vídeo da entrevista com o então deputado Jair Bolsonaro, que foi ao ar em uma rede de TV, em 1999.

⁵ O objetivo da atração televisiva em formato de *talkshow* era abrir espaço aos deputados fluminenses para discutirem suas funções em Brasília; segundo introduz o apresentador nesta reprodução, trata-se da edição transmitida em 23 de maio de 1999.

Figura 1 – Fotograma da entrevista em vídeo

Fonte: Captura de tela em canal do YouTube (2017).⁶

Nessa entrevista, o deputado Jair Bolsonaro abordou sobre distintos pontos que envolviam suas atividades no Congresso, no entanto, discorreu com mais ímpeto acerca dos temas: tortura, regime militar, ditadura e democracia. Naquele momento, a participação do deputado no *talkshow*⁷ não foi bem-vista pelo público, principalmente, seus colegas ou superiores do parlamento, devido ao teor da entrevista concedida. Houve especulações sobre a sua cassação, sendo que alguns políticos se pronunciaram sobre o caso, a exemplo do então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (ACM), e do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que reprovaram com afinco as falas de Bolsonaro: "Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu sua cassação. 'Se ele prega isso, deveriam cassar o mandato dele', disse ACM" (ALBUQUERQUE, 1999) e para "Georges Lamazière [porta-voz de FHC], as afirmações de Bolsonaro "demonstram que ele não se converteu à democracia" (ALBUQUERQUE, 1999).⁸ Apesar desses pronunciamentos, nenhuma punição fora sofrida pelo deputado, que, posteriormente, apenas se retratou por meio de uma carta intermediada pelo auxílio do então presidente da Câmara, Michel Temer, e ratificou suas opiniões em retorno ao mesmo programa

semanas depois.⁹

A republicação e circulação dessa entrevista no ambiente digital da internet atualiza a memória discursiva mediante a repetibilidade parafrástica no intradiscorso (textualização do discurso). Todavia, o discurso, ao circular no espaço digital da internet, na plataforma de vídeos do YouTube produz novos efeitos de sentido, tendo em vista as particularidades da circulação do discurso no domínio digital. De acordo com Dias (2018), o digital não se trata de uma mera forma de tecnologia, mas configura a circulação do discurso no âmbito tecnológico. A autora postula que "Olhar o processo de produção dos discursos pela via da circulação tem a ver com o sentido que se produz no efêmero, no agora", (DIAS, 2018, p. 25). Enfim, os discursos tomam uma nova amplitude, dadas as especificidades da comunicação digital, e por isso, são instaurados novos sentidos e uma (in) tensa movimentação de sujeitos nesse discurso, pois o espaço digital é também lugar de embates e confrontos, de disputas de territorialidade e tensões ideológicas (CORTES, 2015).

As falas dessa entrevista são materializadas em diferentes espaços midiáticos atualmente, seja nas redes sociais¹⁰, sites jornalísticos ou na

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21LQ84pnuwo&t=86gs>. Acesso em: 12 maio 2021.

⁷ A palavra inglesa *talkshow* é definida como a emissão de televisão que consiste em uma conversação entre um animador e um ou vários convidados sobre um determinado tema. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/talkshow>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm>. Acesso em: 28 out. 2021.

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/09/temer-ja-salvou-bolsonaro-com-uma-carta-em-1999.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2021.

¹⁰ Facebook, Twitter, Instagram e YouTube.

mídia televisiva, em versão mais completa, com cerca de pouco mais de meia hora de duração, ou apenas trechos específicos de alguns minutos ou até segundos, a depender do teor da publicação realizada por aquela determinada mídia.

A versão da entrevista que utilizamos nessa análise é considerada a mais completa, tal como foi ao ar em sua primeira distribuição na TV em 1999. Essa entrevista foi publicada no YouTube¹¹ em 3 de setembro de 2017, sob o título "Bolsonaro no Câmera Aberta", e continua em circulação atualmente. Está vinculada a um canal de propriedade de um internauta identificado como João Roberto Laque. O canal conta com apenas 30 inscritos e tem somente este vídeo publicado. A entrevista tem a marca de 241 "Gostei", o que identifica que essa quantidade de pessoas que assistiram ao vídeo concorda com o seu conteúdo, e 16 de "Não gostei", que demonstra o descontentamento desse público específico com o teor da publicação. A propósito, já se passam das 7 mil visualizações no vídeo e há cerca de 29 comentários diretos dos espectadores, até então.¹²

Dados os objetivos e limitações deste estudo, serão transcritos e analisados apenas trechos da entrevista. Na primeira sequência discursiva (SD1), a seguir, temos alguns excertos do vídeo, com falas do apresentador do programa televisivo, Jair Marchesini, como também do deputado entrevistado, Jair Bolsonaro. Vejamos:

Jair Bolsonaro: [...] Dar porrada no Chico Lopes, eu até sou favorável que na CPI no caso do Chico Lopes, tivesse pau de arara lá, ele merecia isso: pau de arara. Funcional! Eu sou favorável à tortura, tu 'sabe' disso. E o povo é favorável a isso também [...]. Pois essa porcaria que a gente vive hoje em dia é que esse pessoal lá de cima chama de democracia.

Jair Marchesini: Você tem saudade do regime militar?

Jair Bolsonaro: Eu... Quem tem é o povo. Não pelo regime em si, se tinha mais dignidade naquela época [...].

Jair Marchesini: Se você fosse, hoje, o presidente da República você fecharia o Congresso?

Jair Bolsonaro: Não há a menor dúvida, daria golpe no mesmo dia. Não funciona! Eu tenho certeza de que pelo menos 90% da população 'ia' fazer festa e bater palma, porque não funciona. O Congresso hoje em dia não serve pra nada, xará, só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, dê logo o golpe. Parte logo pra ditadura. Agora, não vá falar de ditadura militar aqui, só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de banco, sequestradores, só no carnaval de São Paulo, em 20 anos de Regime Militar, só no carnaval de São Paulo, o último, morreram mais de 300 [...] Isícl (BOLSONARO..., 1999).

Durante a entrevista, surge o assunto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que estava em andamento naquele momento no Congresso Nacional¹³, e, ao comentar sobre o tema, Jair Bolsonaro defende o uso da tortura nos interrogatórios da referida investigação: "ele merecia isso: pau de arara. Funcional!" (SD1); desse modo, ele ocupa uma posição-sujeito favorável a esse tipo de procedimento, como também assume a posição-sujeito de porta-voz do povo: "E o povo é favorável a isso também" (SD1).

A concepção de porta-voz foi definida por Coinein (1980), citado por Pêcheux (1990), a propósito dos acontecimentos da Revolução Francesa. De acordo com o autor, a figura do porta-voz seria um enunciador que se inclui como membro de um grupo e fala e se constitui em nome dele; o porta-voz é um agente coletivo em movimento desse grupo. Pêcheux (1990) propõe um deslocamento acerca desse conceito de porta-voz e o define como ator visível e testemunha ocular do acontecimento histórico, pois, ao falar em nome de alguém, como de um grupo ou do povo, o porta-voz exerce "um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta

¹¹ BOLSONARO no Câmera Aberta. [S. l.: s. n.], 1999. 1 vídeo (35 min 38 seg). Publicado pelo canal João Roberto Laque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21lQ84pnuwo&t=86gs>. Acesso em: 12 maio 2021.

¹² Dados de março de 2022. As informações sobre conteúdo da internet têm uma volatilidade muito alta, mudam constantemente, dadas as especificidades do ciberespaço que tem (o)por (pre)domínio (d)o aqui e (d)o agora.

¹³ Trata-se do depoimento à CPI dos Bancos em abril de 1999, do ex-presidente do Banco Central, Chico Lopes, que na época era indiciado pela Polícia Federal e se negou a assinar o termo de compromisso como testemunha, que obriga a falar somente a verdade. Lopes saiu do Senado preso por desacato e desobediência. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaPublica/inc/senamidia/historico/1999/4/zn042722.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.

voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar" (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Para Pêcheux, a posição-sujeito de porta-voz surge a partir da ocorrência de um acontecimento histórico, o que no discurso seria uma "quebra de ritual" (PÊCHEUX, 1990, p. 17), a partir de uma problematização dos efeitos da língua em relação à história diante de um processo revolucionário, de uma transgressão, ou do simples questionamento de uma ordem, como uma posição de resistência, que rompe com uma determinada dominação ideológica (PÊCHEUX, 1990).

Dessa forma, Pêcheux (1990) postula que a posição do porta-voz indica a possibilidade do novo, torna o "nós", que ainda não foi realizado, possível de ser visto. Venturini (2012) questiona se o sujeito porta-voz é sempre um nós em construção e ressalta que os locutores discursivos ao ocuparem a posição de porta-voz "ao menos em tese, falam em nome de, e sendo assim, deveriam pertencer à mesma formação discursiva do sujeito em nome do qual falam e estariam construindo um "nós", compartilhando opiniões, interesses e saberes" (VENTURINI, 2012, p. 295). No entanto, em convergência com a autora, entendemos que não há um "nós" em construção nesse discurso, pois Bolsonaro se apropria da voz do povo ao ocupar essa posição-sujeito nessa trama discursiva, um lugar de representante da população. Desse modo, funciona no discurso o efeito de porta-voz da população, instaurando sentidos de que, assim como ele, o povo é favorável ao retorno da tortura e dos transtornos ditatoriais, mesmo em uma conjuntura política de democracia. Entretanto, essa posição de porta-voz do povo não é legitimada pela sociedade, pois o povo não a autorizou, mas o deputado se apropriou dessa função a partir do lugar de parlamentar. E assim instaura-se o efeito da contradição, já que o deputado, eleito para defender os interesses do povo, em nome desse povo, se posiciona contra a liberdade e a favor do autoritarismo.

Todavia, na formação discursiva militarista a ditadura não é reconhecida, mas negada, já que

o período ditatorial é discursivizado como revolução democrática. Assim, o sujeito se constitui como efeito do processo histórico e da interpelação ideológica e a tomada de posição no discurso se dá a partir da inscrição e das relações do sujeito com uma determinada FD, que de acordo com Pêcheux (1995, p. 147) "determina o que pode e deve ser dito". Conforme o autor:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...] Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao "todo complexo com o dominante" das formações discursivas intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 160-162).

Desse modo, ao se pronunciar sobre a sua prática parlamentar no programa de TV, na entrevista a Marchesini, Bolsonaro é afetado pelo discurso militarista, de forma que os enunciados não têm um sentido em si mesmo, pois conforme Pêcheux (1995), o sentido do que é dito se realiza na filiação a uma dada FD, que, por sua vez, representa na "linguagem" as formações ideológicas correspondentes à determinada formação discursiva. E, assim, os sentidos do discurso sofrem determinações ideológicas da FD militarista.

Dessa forma, na entrevista, o deputado, ao ser interpelado ideologicamente, se identifica com a forma-sujeito da Formação Discursiva Militarista e é afetado pela memória discursiva da Ditadura Militar de 1964, como é possível perceber através da menção à tortura como algo natural e positivo, um pré-construído do interdiscurso da ditadura: "eu sou favorável à tortura, tu 'sabe' disso" [sic] (SD1) e a depreciação do regime democrático, "essa porcaria que a gente vive hoje em dia e que esse pessoal lá de cima chama de democracia" (SD1).

Ademais, a prática de tortura é comum às ditaduras, como a que prevaleceu no Brasil (1964-1985). Essa memória ditatorial é atualizada quando o entrevistado assume uma posição-sujeito com sentidos de concordância e permissividade

para com o uso de tais métodos autoritários de tormento para obter respostas em interrogatórios. Funcionam nessa construção discursiva, sentidos de um discurso militarista que se constitui como legitimador da tortura, pois, conforme Campean (2019, p. 209) o "discurso bolsonarista não apenas admite a tortura, mas a evoca em simbolização heroica".

Nessa trama discursiva, os sentidos para a tortura são naturalizados e funcionam como sendo a vontade de todos; logo, o deputado se apropria dessa posição de porta-voz do povo, em defesa do discurso autoritário que busca a imposição de uma "verdade" do discurso militarista, a saber: a defesa à tortura. Nesse discurso, as questões que são realmente do interesse da população são silenciadas: "Dar porrada no Chico Lopes, eu até sou favorável que na CPI no caso do Chico Lopes, tivesse pau de arara lá, [...] e o povo é favorável a isso também". Assim, temos um efeito de usurpação da ocupação da posição discursiva de porta-voz do povo brasileiro pelo deputado, interpelado pela ideologia da FD militarista, do lugar social de parlamentar, em um regime democrático, ocupa uma posição-sujeito de defesa do autoritarismo ditatorial, a exemplo da tortura com o pau de arara.

Para esta análise, cabe ainda citar as discussões de Zoppi-Fontana (1997, p. 11-12) acerca da figura do porta-voz em diferentes processos discursivos, nos quais a autora afirma que "a palavra enunciada já não pode ser atribuída ao "povo" como enunciador originário da demanda, há nenhuma identidade (embora discursivamente constituída) entre a palavra do porta-voz e certos reclamos ou demandas populares". Portanto, o discurso enunciado por Jair Bolsonaro na entrevista não representa a voz do povo, pois nega, veementemente, os sentidos da democracia, e, portanto, se aplica ao caso de "processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 12). Desse modo, na SD1, ao ocupar de modo ilegítimo a posição de porta-voz do povo, o deputado também assume a posição-sujeito ditatorial, dominante na

FD militarista, ao enfatizar que a população seria favorável à utilização de métodos cruéis para arguir um indivíduo em uma investigação criminal, mesmo em tempos de democracia, como na proposta pelo deputado ao interrogatório daquela CPI no Senado.

No decorrer da entrevista, esse discurso vai obtendo efeitos de regularização, pelos sentidos de indiferença para com a democracia e de defesa da ditadura, como também pelo funcionamento da posição-sujeito de porta-voz do povo, como no trecho seguinte "Jair Marchesini: Você tem saudade do regime militar? Jair Bolsonaro: Quem tem é o povo [...]" (SD1). O deputado responde que o povo é que sente falta do regime e, assim, ocupa, por usurpação, a posição de porta-voz da população brasileira, como também a mesma posição-sujeito de defesa da tortura, como anteriormente analisado. Entendemos, conforme Indursky (2013), que a apropriação dessa posição de porta-voz da população brasileira é realizada pelo deputado federal a partir do efeito de legitimidade presente no imaginário social, pela autoridade que o parlamentar recebeu para falar em nome do povo. Entretanto, essa autoridade lhe foi conferida pelo povo, através do voto, para a defesa da democracia, e não para a defesa da ditadura. Por essa razão, ao falar em nome do povo, contra a democracia, a posição-sujeito de porta-voz se torna ilegítima, já que a função de porta-voz só é possível a alguém amparado de um estatuto que lhe dê esse direito (INDURSKY, 2013).

Ainda funcionam, nesse processo discursivo, efeitos de apagamento dos sentidos da ditadura como regime antidemocrático, ou seja, busca-se silenciar um momento histórico do país em que não havia a efetiva participação e representação popular nas decisões políticas, e atribuir outros sentidos a esse processo. De acordo com Orlandi (2007), o silêncio é o efeito de apagamento de sentidos já ditos da memória de um dado discurso e funciona tanto pela censura quanto pela negação ou pelo esquecimento; nessa formulação, portanto, o silêncio se manifesta por meio da negação da ditadura. Dessa maneira,

questionamos: como o povo sentiria falta de um governo no qual ele não tinha como participar ativamente? Na sequência, o deputado, ainda ocupando uma posição-sujeito afetada pela FD militarista, tenta justificar a preferência pelo período ditatorial, em comparação ao período democrático, e conclui sua resposta afirmando que havia mais "dignidade" na época da ditadura: "[...] se tinha mais dignidade naquela época [do regime militar]" (SD1).

A dignidade é uma das premissas basilares da Constituição Federal de 1988 (CF88), principalmente no que concerne à consolidação do Estado Democrático de Direito. No primeiro artigo da Carta Magna brasileira, "a dignidade da pessoa humana" é apresentada como um dos fundamentos do estabelecimento da democracia. Quanto ao seu significado jurídico, dignidade é estipulada como "princípio profundamente humanista, baseado na valorização da pessoa e comprometido com a garantia dos seus direitos básicos contra todas as formas de injustiça e opressão" (SARMENTO, 2016, p. 15). Com base nessas discussões, compreendemos que é por meio do respeito à dignidade que se estabelece a coibição do ódio e das práticas de injustiça e de violência a, necessariamente, todas as pessoas, sem qualquer distinção. Além disso, destacamos novamente que a dignidade é base fundante de um regime democrático.

Assim, qual seria o efeito de sentido para dignidade nesse discurso? Que dignidade? Dignidade para quem? Como? Seria a dignidade uma qualidade moral atribuída a todos, como estabelece a CF88, ou apenas a alguns? No discurso enunciado pelo deputado, o regime ditatorial é discursivizado com efeitos de dignidade para todos; ora, haveria uma ditadura digna para a humanidade? Vemos então que esse discurso atualiza sentidos já-ditos inscritos no interdiscurso que compreende a FD militarista. Como exemplo, relembremos aqueles que se colocavam em oposição ao regime, como estudantes, artistas, religiosos, políticos contrários aos ditadores, e não eram tratados com dignidade pelas Forças Armadas e pelas forças policiais durante a dita-

dura. Dessa forma, observamos aqui que uma mesma palavra ou expressão pode apresentar significados diferentes, conforme sua filiação a uma dada formação discursiva (PÊCHEUX, 1995). No discurso da SD1, o sentido para "dignidade" sofre determinações ideológicas, tendo em vista a filiação de sentidos do enunciador à FD militarista e ditatorial. Logo, pelo efeito de transparência da linguagem, a ditadura militar trouxe dignidade à nação; mas ao questionar as evidências de sentidos, não é possível aceitar o autoritarismo ditatorial como dignidade. Cabe assinalar que, antes de se ingressar na política e se tornar deputado, Jair Bolsonaro foi capitão do Exército Brasileiro e, por isso, o discurso que enuncia é afetado pela memória do discurso militarista. Portanto, ele enuncia do lugar social de deputado, mas ocupa no discurso uma posição-sujeito de militar autoritário e político antidemocrático.

Prosseguindo, o entrevistador questiona o deputado se ele – Bolsonaro – fecharia o Congresso caso fosse o presidente da República (SD1), e o entrevistado responde de forma imediata, com segurança e firmeza: "Não há a menor dúvida, daria golpe no mesmo dia" (SD1). Assim, podemos observar nesse discurso, a produção de efeitos de apagamento da democracia e de aniquilação do regime democrático, ao mesmo tempo em que funciona uma posição-sujeito favorável a golpe com o fechamento do Congresso. Ou seja, é a memória da ditadura em funcionamento, sendo atualizada na formulação da SD1, já que essas práticas ditatoriais foram efetivadas durante o regime militar.

Temos, ainda, o funcionamento de um efeito de denegação nesse discurso: "O Congresso hoje em dia não serve pra nada, [...] dê logo o golpe. *Parte logo pra ditadura. Agora, não vá falar de ditadura militar aqui, só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de banco, sequestradores [sic] [...]*" (SD1, grifo nosso). Conforme postula Courtine (2014), a denegação consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso, pois, ao tempo em que insinua que se deva dar um golpe e

partir para a ditadura, Bolsonaro nega a ditadura "*Parte logo pra ditadura. Agora, não vá falar de ditadura militar aqui, [sic]*" (SD1, grifo nosso). De acordo com Courtine, denegar um saber que é próprio de uma FD é também uma das formas de refutação, uma vez que a refutação em sua forma completa se trata de uma manifestação quase-explicita "da existência de uma contradição ideológica no intradiscorso de uma sequência discursiva" (COURTINE, 2014, p. 205).

A consolidação do Regime Militar (1964-1985) também é discursivizada com efeitos de contragolpe ou revolução. Nesse caso, podemos observar que há um efeito de contradição nas formas de se referir ao período que corresponde à ditadura, e propriamente ao decreto conhecido como Ato Institucional n.º 5 (AI-5) que interrompeu de modo autoritário as atividades parlamentares do Congresso Nacional. Nesse discurso, com o efeito de denegação e sentidos de contradição, ora a ditadura é discursivizada como revolução, ora como golpe, e não apenas pelos que ocupam posições-sujeitos vinculadas a FDs antagônicas (contra ou a favor dos militares no poder), mas mesmo no interior da FD militarista é possível o funcionamento de efeitos de sentido opostos para se referir à Ditadura Militar (1964-1985).

Nesse discurso, o deputado Jair Bolsonaro, ao ocupar a posição-sujeito de defesa do período ditatorial e de golpes, também se posiciona favoravelmente a um novo golpe, em nome do povo: "[...] daria golpe no mesmo dia. [...] Eu tenho certeza de que pelo menos 90% da população 'ia' fazer festa e bater palma, porque não funciona dessa forma [...] [sic]" (SD1). E assim, volta a se apropriar da posição-sujeito de porta-voz do povo, pois o discurso funciona com efeitos de que a população apoiaria a iniciativa e comemoraria o fechamento do Congresso, uma vez que a instituição "não funciona" (SD1). O discurso também produz sentidos de irrelevância do Congresso, portanto, a posição-sujeito antidemocrática vai se regularizando, logo, um efeito contraditório de apagamento da democracia. Segundo o discurso enunciado, o Congresso apenas confirma o que o presidente da República decide e, assim, não exerce a harmonia democrática do legislativo,

visto que no estado democrático de direito é preciso que os três poderes sejam autônomos.

A Constituição Federal de 1988 assegura todos os mecanismos para que o Brasil seja, efetivamente, uma democracia representativa, como as eleições diretas, os plebiscitos, os referendos e a proposição de projetos de lei de origem popular. A descentralização dos poderes, com o fortalecimento do judiciário e do legislativo também são fatores inerentes à democracia, consolidados pela Carta Magna brasileira. Desse modo, a democracia funciona verdadeiramente a partir do cumprimento das premissas existentes na Constituição. Entretanto, no discurso em análise, todos esses sentidos são negados, silenciados, e assim temos efeitos de apagamento da democracia no Brasil.

Portanto, na formulação "não funciona" (SD1) se instaura um sentido de que não existe democracia, pois a soberania popular se constituiria na relação dos três poderes funcionando de modo independente – legislativo, executivo e judiciário – e, ao decidir e ter apenas a confirmação de suas decisões pelo parlamento, estaria o presidente governando de modo autoritário e antidemocrático. Sendo assim, não haveria utilidade na existência do Congresso, de acordo com o discurso enunciado pelo deputado: "dê logo o *golpe*. Parte logo pra *ditadura [sic]*" (SD1, grifo nosso). Aqui, vemos o funcionamento metafórico com efeito parafrástico de "golpe" para "ditadura", ou seja, significantes diferentes, mas com o mesmo efeito de sentido.

A seguir, apresentamos mais um trecho da entrevista do deputado, que constitui a segunda sequência discursiva (SD2) com nossos gestos de interpretação.

Jair Marchesini: Deputado, o senhor disse que fecharia o Congresso, que o Congresso não serve pra, absolutamente, nada, eu vou fazer uma pergunta que certamente a população deve 'tá' se fazendo e 'tá' querendo fazer ao senhor: Por que o senhor 'tá' no Congresso Nacional?

Jair Bolsonaro: Eu 'tô' no Congresso por quê? Pra não chegar um mau-caráter no meu lugar. Eles podem confiar em mim, podem confiar em mim e o meu voto é de vocês [...] [se referindo aos votos dele como deputado na Câmara].

Jair Marchesini: [...] O senhor tem esperança, o senhor tem futuro? O senhor imagina, o senhor vê o Brasil um lugar melhor? De que maneira você enxerga o futuro do Brasil de todos nós?

Jair Bolsonaro: Só com uma crise seríssima. [...] Me desculpa, né? Mas através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada! Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo o trabalho que o Regime Militar não fez, matando uns 30 mil, começando por FHC [atual presidente da República] não deixar ir pra fora não, matando. Se 'vai' morrer alguns inocentes, tudo bem, toda guerra morre inocente, eu até fico feliz se eu morrer, mas desde que vai 30 mil outros junto comigo, não eu marginal, fora isso, se ficar nhem nhem nhem nhem não vamos chegar a lugar nenhum [...].

Jair Marchesini: O senhor acha que o exercício da democracia é uma besteira?

Jair Bolsonaro: Faliu aqui no Brasil. A democracia é excelente, mas com democratas honestos [sic] (BOLSONARO..., 1999).

Na SD2, mediante a declaração de Jair Bolsonaro acerca da suposta inutilidade do Congresso mencionada anteriormente (SD1), o entrevistador questiona o deputado sobre o que o motiva a ser um parlamentar, tendo em vista o seu descrédito ao Congresso. Ao responder, o deputado ocupa uma posição-sujeito de político honesto, digno da confiança da população, que visa o combate à corrupção: "Pra não chegar um mau-caráter no meu lugar" (SD2). No entanto, embora ele tenha sido eleito pelo voto, na sequência da resposta materializada na SD2, o deputado produz sentidos de contradição no discurso, quando diz que o voto não muda nada. Vejamos: "[...] me desculpa, né? Mas através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada!" (SD2). E assim funcionam no discurso os sentidos parafrásticos de negação da democracia, com efeitos de naturalização do autoritarismo.

Retomando a discussão acerca do que postula a Constituição Federal de 1988 para a preservação da democracia no Brasil, em seu parágrafo único do artigo 1º está determinado que todo o poder emana do povo, e esse poder é exercido por meio da eleição direta daqueles que o representa. Sendo assim, o regime de governo do país permite que funcionem instrumentos de exercício do poder advindo da soberania popular pela escolha dos seus representantes, em conformidade com

o exercício dos mandatos desses representantes escolhidos pela população; isto é, os legisladores e os que exercem as funções administrativas no executivo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Ainda na CF88 está assegurado, em seu artigo 14º, o modo como esse acordo social se dá, efetivamente, com o direito ao sufrágio universal, a se concretizar pelo voto, direto e secreto, e tendo valor igual para todos em cada eleição, que acontece periodicamente a cada dois anos, alternando em gerais e municipais.

Portanto, com base na CF88, o voto obrigatório no Brasil é um importante instrumento da cidadania e, conseqüentemente, para a manutenção da democracia, pois é a partir dele que são escolhidos os representantes do povo para garantir as políticas fundamentais de cada indivíduo e da sociedade como um todo. Ao discursivizar que "através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada!" (SD2), o deputado Bolsonaro ocupa uma posição-sujeito antidemocrática e produz sentidos de insignificância para o voto e para a Constituição, negando sua relevância e, principalmente, sua legitimidade.

O deputado, interpelado pela ideologia da ditadura, defende que, no lugar do voto como ferramenta de mudanças no processo político do país, se parta para uma guerra civil: "Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro" (SD2). Assim, o entrevistado ocupa uma posição-sujeito bélica e de ditador no discurso, que produz sentidos de apologia a assassinatos de civis, inclusive do presidente da República que na época (1999) era Fernando Henrique Cardoso – FHC (PSDB): "E fazendo o trabalho que o Regime Militar não fez, *matando uns 30 mil, começando por FHC* [...] não deixar ir pra fora, não, matando!" (SD2, grifo nosso) [sic], referindo-se à alternativa da morte ao invés do exílio em relação ao presidente FHC.

Nesse discurso, temos o funcionamento da fuga de sentidos em relação aos sentidos para a democracia. Segundo Orlandi (2012, p. 12), a fuga de sentidos diz respeito à desorganização na relação entre os "diferentes movimentos de sentido no mesmo objeto simbólico". Na tensão

desse processo discursivo, a autora ainda declara que “os movimentos podem ser contrários, contraditórios, divergentes, partindo em diferentes direções, produzindo, muitas vezes, os sentidos em fuga, no efeito da ideologia, do silêncio, no funcionamento do interdiscurso” (ORLANDI, 2012, p. 12). Desse modo, é possível observar esse funcionamento no discurso inscrito na entrevista (SD1 e SD2), pois instaura-se, pelo efeito da ideologia militarista, a fuga para os sentidos de democracia, produzindo efeitos de silenciamento. Tal silenciamento busca regularizar os sentidos de apagamento da constituição e da democracia, pelo efeito de deslegitimação dos seus mecanismos, como o efetivo direito ao voto.

Dessa forma, o entrevistado, a partir de um lugar social inscrito no regime democrático – deputado federal – contraditoriamente, ocupa, no discurso, uma posição-sujeito antidemocrática, que não condiz com as suas funções parlamentares. Essa posição-sujeito é determinada pela formação discursiva militarista, que mobiliza a memória do período do regime militar com sentidos de legitimidade, de forma positiva e necessária, negando, portanto, os sentidos ditatoriais. Ademais, funcionam sentidos de apologia ao crime da tortura, sentidos de ameaça à vida de civis inocentes e do próprio presidente do país à época, pela defesa de guerra civil e de mais mortes. Portanto, o entrevistado se identifica com os saberes da FD militarista, que é contrária à democracia e defende o regime militar e, conseqüentemente, o retorno da ditadura.

Efeitos de fim

Os resultados das análises aqui realizadas apontam que o discurso militarista funcionou nas camadas subterrâneas dos arquivos, nos espaços da mídia televisiva local, que não fazia parte do cotidiano de todos. Ainda no período de redemocratização, sob os efeitos de euforia pelo fim da ditadura, o discurso inscrito nos arquivos subterrâneos da mídia tinha limitação de acesso e circulação. Assim, os sentidos materializados nesses ambientes, como os de defesa da ditadura, de ameaças à democracia e à vida, e de

apologia à tortura não tomavam amplitude. No entanto, esse discurso retorna (2017) na internet de forma ampla e veloz, produzindo diferentes efeitos discursivos, a exemplo da fuga de sentidos para a democracia, que reacende a memória do regime militar como um período de bonança ao país e silencia os sentidos da ditadura.

Vimos que o então deputado Jair Messias Bolsonaro, a partir do lugar social de parlamentar, se apropria da voz do povo, no entanto sem a autorização desse povo, pois não existe o efeito da legitimidade de representar a população para uma postura antidemocrática, que faz apologia à ditadura e defende a tortura como uma vontade popular. Esse discurso se filia à FD militarista, que desrespeita a dignidade da pessoa humana, produz efeitos de desdém à democracia como modo de governo, além das ameaças de morte e de assassinatos a civis.

É possível perceber as determinações da ideologia ditatorial e autoritária naquele momento histórico de recente início de redemocratização do país (1999), com a instauração do efeito contraditório materializado no discurso enunciado por um político que, mesmo eleito democraticamente, se posiciona favoravelmente à legitimação da prática da tortura, como ato normal em tempos democráticos, como em: “[...] pau de arara. Funciona! (SD1)”. Assim, o deputado é interpelado pela ideologia militarista e ocupa uma posição-sujeito de apologia à tortura e às práticas ditatoriais, que não considera a dignidade humana e os direitos humanos daqueles que foram submetidos a sessões de tortura em interrogatórios durante a ditadura.

Na atualidade, esse discurso ganha novas formas de circulação, dessa vez com maior alcance, pelo efeito de circulação e visibilidade da era da internet, ou seja, sob as condições de produção das mídias digitais, em especial no YouTube, que possibilita os gestos de interpretação dos usuários pela interatividade praticada na plataforma, ao clicarem nos botões de “Gostei” e “Não gostei”, além dos comentários digitais. Esses modos de interatividade são, para a AD, gestos de tomada de posições no discurso e produzem distintos

efeitos de sentido. Desse modo, a movimentação de sentidos e de sujeitos é mais (in)tensa nas mídias digitais, sendo que um dos efeitos dessa trama discursiva, na atualidade, é a interpelação dos internautas em sujeitos desse discurso.

Assim, pelo efeito da circulação, esse discurso oriundo dos arquivos subterrâneos, agora em funcionamento na mídia digital, pode produzir efeitos nocivos que ameaçam a democracia brasileira.

Agradecimentos

Esta pesquisa é realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- AGUIAR-SANTOS, Rosiene. *O funcionamento discursivo do enunciado "Intervenção Militar Já" nas mídias digitais: memória, metáfora e efeitos-sentido*. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepelin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/205> Acesso em: 2 mar. 2022.
- ALBUQUERQUE, Liège. Câmara estuda processo contra Bolsonaro. In: *Senado*. Brasília, [1999]. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm>. Acesso em: 28 out. 2021.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BOLSONARO no Câmara Aberta. [S. l.: s. n.], 1999, 1 vídeo (35 min 38 seg). Publicado pelo canal João Roberto Laque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=21lQ84pnuwo&t=869s>. Acesso em: 12 maio 2021.
- CAMPEAN, Frederico Antonio Pereira. *O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil*. Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2019.
- CORTES, Gerenice R. O. Movimentos sociais, interlocução discursiva e a (re)territorialização do ciberespaço: uma análise da greve de professores estaduais da Bahia em 2012. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, 8., 2015, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), jun. 2015.
- CORTES, Gerenice. R. O. O gigante das diretas está na direção certa? Memória e metáfora no discurso virtual sobre o Brasil. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. F. S. (org.). *Silêncio, Memória, Resistência: A política e o político no discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 135-150.
- COURTINE, Jean-Jacques. (1981). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Patricia Chitoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DIAS, Cristiane. *Da corpografia: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital*. Santa Maria: UFSM-PPGL, 2008.
- DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, Luiz A.; SOUSA, Rafael L. de. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary. (org.). *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018. p. 35-60.
- GUILHAUMOU, Jacques. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. GUILHAUMOU Jacques; Maldidier, DENISE; ROBIN, Régine (org.). Tradução de Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZA, Guilherme; SANTOS, M. dos; SILVA, T. D. da (org.). *Sujeito, sociedade, sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 11-27.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de estudos linguísticos*, [S. l.], n. 19, p. 7-24, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. et al. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 57-68.
- SALLES, Leonardo G. *Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da "direita" na internet brasileira*. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetória e metodologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SEGURADO, Rosemary. Corrupção entre o espetáculo e a transparência das investigações: análise da atuação da mídia na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: DIAS, Luiz Antônio; SEGURADO, Rosemary (org.). *O golpe de 2016: razões, atores e consequências*. São Paulo: Intermeios: PUC-SP-PIPEq, 2018. p. 109-126.

VENTURINI, Maria Cleci. O sujeito porta-voz é sempre um nós em construção? *Alfa*, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 293-308, 2012.

ZOPPY-FONTANA, Monica Graciela. *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Rosiene Aguiar-Santos

Mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, PE, Brasil. Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Endereço para correspondência

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL)
Estr. Bem-Querere, Km-04, Módulo Acadêmico
Candeias, 45083-900
Vitória da Conquista, BA, Brasil

Rosiene Aguiar-Santos

Rua Amazonas, 246
Ouro Verde, 45120-000
Barra do Choça, BA, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.